



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005517-27.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Petróleo Brasileiro - Petrobras**
 Embargado: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de embargos à execução opostos pelo PETRÓLEO BRASILEIRO - PETROBRÁS, contra MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS. Aduz a embargante que os débitos objeto das CDAs 21705/2013 e 39102/2014 foram pagos e que a CDA 39298/2014 não representa fato gerador de ISSQN.

A embargada apresentou impugnação (fl. 22), alegando, preliminarmente, intempestividade dos embargos. No mérito, sustenta que a própria embargante declarou e gerou as guias a serem recolhida e que, no documento juntado às fls. 15, verifica-se tratar de uma APURAÇÃO DE IMPOSTOS DIRETOS e não uma comprovação de quitação do ISS referente a tal CDA. Aduz, ainda, que, quanto à CDA n. 21705/2013, o comprovante apresentado não se refere à guia ora cobrada. Por fim, quanto à CDA n. 39298/2014, sustenta que são de inteira responsabilidade do tomador de serviços as informações e escriturações das notas fiscais e consequentemente a geração da guia, sendo que a alegação de não pagamento da nota fiscal não afasta a incidência do ISSQN, uma vez que tal imposto é referente à prestação de serviços, não importando se houve o pagamento ao prestador de serviços.

Houve réplica.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O termo inicial de contagem do prazo para os embargos à execução não é a data do depósito e sim a data em que o executado é intimado a respeito da formalização da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

garantia, por termo judicial (STJ, AgRg no Ag 1192587/SP, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, 1ªT, j. 23/02/2010; REsp 1254554/SC, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ªT, j. 18/08/2011). Assim, não há que se falar em intempestividade.

No mais, o pedido comporta parcial acolhimento.

Quanto à CDA n. 39102/2014, o Município apontou que o comprovante de fls. 45, com relação à Nota Fiscal n. 54071, refere-se à guia de pagamento da Prefeitura municipal de São Carlos ESTADO DE SANTA CATARINA, tendo a embargante se equivocado ao juntar pagamento referente a serviços prestados em outro Estado (fls. 54), o que foi admitido por ela.

Já em relação à CDA 21705/2013, sustenta que a Divisão de Arrecadação e Fiscalização Tributária Municipal apurou que a guia a ela referente, objeto da execução fiscal em comento foi gerada em duplicidade, por erro de escrituração do contribuinte, cabendo a ele informar o pagamento efetuado e requerer o cancelamento em 24 horas da data da emissão, mas que, tendo em vista a duplicidade da guia gerada e o pagamento de uma delas, requereu a desistência com fulcro no artigo 26 da Lei n. 6830/80, sendo incabível a condenação em custas e honorários.

Por outro lado, quanto à CDA 39298/2014, aduz que as informações prestadas para a apuração do ISSQN através do sistema eletrônico são de responsabilidade exclusiva do contribuinte ou sujeito. De fato, conforme colocado pelo ente público (fls. 59), a simples emissão da nota fiscal pela empresa prestadora do serviço não fez com a nota fosse escriturada junto ao sistema eletrônico de gestão do ISS, gerando a guia do imposto em questão, tendo sido preciso que os dados referentes à escrituração fossem digitados junto aos sistema eletrônico de gestão do ISS, por um representante ou pessoa encarregada da embargante, com acesso ao sistema, conforme evidenciam os documentos de fls. 61/70, não bastando a simples alegação de equívoco da prestadora para afastar a cobrança, devendo prevalecer a presunção de legalidade da CDA.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, I do CPC e **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido, para o fim de determinar que a execução prossiga somente em relação às CDAs 39298/2014 e 39102/2014, devendo a embargada apresentar nova planilha de débito, nos autos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

principais, nos termos do aqui decidido.

Tendo havido sucumbência recíproca, as partes devem ratear as custas e arcar com os honorários advocatícios da parte adversa, fixados em 10% sobre o valor da diferença afastada da quantia em execução, tudo na proporção de 65% para a embargante e 35% para a embargada, observando-se que esta, quanto às custas, arca apenas com despesas de reembolso.

P I

São Carlos, 23 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**